



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SERVIÇO DE LICITAÇÕES**

**Licitação nº 01/2007**

**(Processo Administrativo nº 11305/2007)**

**1. PREÂMBULO**

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na sala de aula nº 03, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga, nº 115, 4º andar – Bloco J - Centro – RJ., será realizada, no dia **26/02/2007**, a licitação nº **01/2007**, na modalidade **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** visando à **COMPRA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO DE INFORMÁTICA** para atender a solicitação da Divisão de Material da EMERJ, de acordo com o que determinam a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Rotina Administrativa EMERJ nº 017, de 6 de setembro de 2006, a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, as demais normas legais aplicáveis, bem como as cláusulas e condições deste edital.

1.2 - As propostas de preços, bem como os documentos de habilitação, serão **ENTREGUES** no Serviço de Licitações da EMERJ, no local supra indicado, em envelopes fechados, distintos, com a identificação externa do seu conteúdo, até às **13:h45min** da data acima designada, sendo **ABERTOS** às **14:00h** no local indicado no subitem 1.1, observado o devido processo legal.

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

- I – termo de referência;
- II – formulário padronizado de proposta de preços (duas vias);
- III – modelo de “Declaração de Habilitação” (papel timbrado da empresa);
- IV– modelo sugestivo de “Carta de credenciamento”.

**2 - DO OBJETO**

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para **compra de diversos materiais de consumo de informática**, conforme especificado no termo de referência (Anexo I) que integra este edital.

**3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1 - A despesa correrá pelo Código de Despesa 3.3.9.0.30.23, Programa de Trabalho 0362.02.061.0199.2107, do orçamento da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro-EMERJ.

#### **4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 – Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Registro Cadastral do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

#### **5 – DO CREDENCIAMENTO**

5.1 - No dia, hora e local designados para a sessão pública, a licitante poderá ser representada por procurador ou preposto, mediante apresentação de cédula de identidade, **Ato Constitutivo da sociedade empresária que comprove a capacidade do outorgante e procuração, onde deverão constar poderes expressos para a formulação de propostas, em lances verbais, para interposição de recursos, bem como para os demais atos inerentes ao certame,** conforme modelo sugestivo (ANEXO IV).

5.2 - Cada credenciado poderá representar uma única licitante.

5.3 – A carta de Credenciamento (Anexo IV) e a Declaração de Habilitação (Anexo III) **deverão ser entregues fora dos envelopes.**

#### **6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1 - Acompanha este edital, formulário padronizado de proposta, em duas vias (Anexo II), que a licitante preencherá e inserirá no respectivo envelope. Este, fechado, deverá enunciar, externamente, o nome **ENVELOPE-PROPOSTA**, o nome da licitante, o número e a data da licitação.

**6.2 - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:**

- a) dados cadastrais;
- b) assinatura do representante legal;
- c) indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
- d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual ou municipal, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos habilitatórios;
- e) indicação do número da Conta Corrente no BANCO ITAÚ S/A. e Agência, para as empresas estabelecidas neste Estado, ou no BANCO DO BRASIL S/A., para aquelas localizadas em outro ente da Federação, caso a licitante já os possua, ressalvando que, em caso negativo, **se vencedora do certame, providenciará, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação da homologação, a abertura de conta corrente nas condições indispensáveis à emissão de nota de empenho,** em qualquer caso, a conta bancária deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial;

f) indicação do nome e da qualificação do representante legal investido de poderes para firmar o termo de contrato referido no item 10 deste edital.

6.3 – O pregoeiro aceitará que a proposta venha lançada em papel timbrado do concorrente, desde que reproduza o conteúdo do formulário do Anexo II.

6.4 - Cada concorrente deverá computar, no preço que cotará, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

6.5 - A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

6.6 - A proposta deverá conter **indicação expressa da marca e/ou modelo** dos materiais que cotar.

6.7 - Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo.

## **7 – DA HABILITAÇÃO**

7.1 - Para fins de habilitação no presente Pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos, **devidamente autenticados**:

a) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitida pelos órgãos arrecadadores;

b) certidões negativas de débitos relativos à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) de sua sede; se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionando o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas);

d) declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do inciso V, artigo 27 da Lei federal nº 8666/93, conforme regulamentado pelo Decreto nº 4358, de 05 de setembro de 2002;

e) atestado, firmado por órgão público ou por empresa privada, comprovando haver a licitante fornecido materiais iguais ou similares ao objeto desta licitação.

7.2 - O Certificado de Registro Cadastral do Tribunal de Justiça – CRC/TJ substitui as exigências contidas no subitem 7.1, desde que esteja em seu prazo de validade, bem como os documentos ali elencados, exceto o da alínea “d” e “e”.

7.3 - Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope fechado no qual se identifiquem, externamente, o nome ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, o nome da licitante, o número e a data da licitação.

7.4 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, ou em cópias autenticadas por cartório competente, que em qualquer das hipóteses ficarão retidos nos autos.

## **8 - DO JULGAMENTO**

8.1 - Iniciada a sessão, o pregoeiro procederá à abertura do ENVELOPE-PROPOSTA, à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital e à divulgação dos preços cotados pelas licitantes.

8.2 - Em seguida, o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço, e desclassificará desde logo as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.3 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o pregoeiro classificará as três melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.4 – As propostas escritas serão ordenadas em seqüência crescente dos preços cotados e aceitáveis. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato, para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

8.5 – Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelas proponentes classificadas.

8.6 - O pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço por item, seguida dos demais, em ordem decrescente de valor, com relação ao último preço cotado pelo lançador.

8.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará o impedimento da licitante de lançar, fixando-se a sua oferta no último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.8 - A desistência dos lances ofertados, sujeitará a desistente às penalidades previstas neste edital.

8.9 - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por item e o valor máximo estimado por item para a contratação.

8.10 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas com os seus respectivos lances finais, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente.

8.11 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item, observados os prazos máximos para fornecimento dos materiais, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.11.1 – Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á, o do preço máximo por item, na fase de lances verbais, cujo valor é o do Termo de Referência (Anexo I), desclassificando-se as propostas cujas cotações o excedam ou sejam manifestamente inexeqüíveis.

8.12 - Aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a formulou, para confirmação das suas condições de habilitação.

8.13 – Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o pregoeiro declarará a(s) licitante(s) vencedora(s).

8.14 - Caso a oferta não seja aceitável ou a licitante desatenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação da proponente, na ordem de classificação, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarada vencedora.

8.15 - Nas situações previstas nos subitens 8.9, 8.10 e 8.14, o pregoeiro negociará diretamente com a proponente, objetivando obter preço melhor.

8.16 – Declarada a licitante vencedora, o pregoeiro indagará se há licitante interessada em recorrer, não havendo, adjudicará o objeto à vencedora.

## **9 - DO RECURSO**

9.1 – Declarado o vencedor de cada item, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração, com poderes específicos para tal, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, se o desejar, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar contra-razões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes importará decadência do direito de recorrer na esfera administrativa, autorizando o pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação à proponente vencedora.

## **10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1 - O prazo para a contratação é de até 10 (dez) dias úteis, após a adjudicação do objeto à (s) Sociedade (s) Empresária (s) vencedora (s).

10.1.1 – A (s) Sociedade (s) Empresária (s) vencedora (s) receberá (ao) do Serviço de Licitações da EMERJ, via fax, após publicação da homologação da licitação no Diário Oficial, comunicação da liberação do empenho, **devendo confirmar, imediatamente, o recebimento.**

10.2 – A (s) adjudicatária (s), informará (ao), necessariamente, a agência e o número de sua conta-corrente no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A, em atendimento ao disposto no Decreto estadual nº 16.661/91, e de acordo com o descrito no subitem 6.2 “e” e “f” deste Edital.

10.2.1 - O fato de a (s) adjudicatária (s), convocada (s) dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não cumprir o estabelecido no subitem 10.1.1, independentemente de sujeitar-se às normas do art. 7º da lei federal nº 10.520/2002, autoriza o pregoeiro a examinar as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo esta declarada vencedora.

10.3 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes, até a formalização do contrato com a(s) adjudicatária(s), devendo as sociedades empresárias retirá-los em até 5 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

10.4 - A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberá à Divisão de Material da EMERJ (DIMAT), através de servidor que designará expressamente, a quem a adjudicatária deverá apresentar-se imediatamente após a confirmação do recebimento da nota de empenho e/ou a assinatura do termo de contrato.

10.5 - A Administração poderá obrigar a contratada a, além do que consta no Termo de Referência (Anexo I), reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

10.6 – A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei federal nº. 8.666/93, com as conseqüências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste Edital.

10.7 – O prazo de entrega única dos materiais é de até 15 (quinze) dias úteis, contados da confirmação do recebimento do empenho, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

10.8 - A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no Termo de Referência (Anexo I).

10.9 – A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei federal nº. 8.666/93.

10.10 – A (s) Contratada (s) manterá (ão), durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.11 - O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

## **11 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

11.1 – Os materiais, objeto do contrato, deverão ser entregues, na Divisão de Material da EMERJ (DIMAT), localizada na Av. Erasmo Braga nº 115, 4º andar – Centro - Rio de Janeiro – RJ., de uma só vez, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a confirmação de recebimento da nota de empenho.

11.1.1 – Os cartuchos e toners deverão ser, obrigatoriamente, originais do fabricante da impressora: itens 01 a 06 impressora da marca HP; item 07 impressora da marca Lexmark e item 08 impressora da marca Epson.

11.1.2 – Não serão aceitos materiais remanufaturados, reciclados, recondicionados ou por processo similares.

11.1.3 – A (s) contratada (s) deverá (ao) fornecer, obrigatoriamente, cada embalagem dos cartuchos e toners, com indicação do nome da empresa, e o prazo de validade de cada material, que não poderá ser inferior a 1 (um) ano, contado da entrega dos materiais na Divisão de Material da EMERJ (DIMAT).

11.2 – A (s) contratada (s) deverá (ao) avisar sobre a data de entrega dos materiais com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, pelos telefones (21) 3133-3216 ou (21) 3133-3401.

11.2.1 – É de inteira responsabilidade da (s) contratada (s), no momento da entrega, o ônus do descarregamento dos materiais, consoante agendamento pelos telefones indicados no subitem 11.2.

11.3 – Os materiais serão objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “a”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.4 - O objeto do contrato será objeto de recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, letra “b”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.5 – A (s) contratada (s) se obriga (m) a trocar, às suas expensas, o(s) material(is) que vier(em) a ser recusado(s), sendo que o recebimento previsto em 11.3 não importará sua aceitação.

11.6 – A (s) contratada (s) se obriga (m) a garantir por 90 (noventa) dias contados do Atestado de Recebimento de Material – ARM, fornecido pela Divisão de Material da EMERJ-DIMAT, a qualidade dos materiais contra defeito de fabricação.

11.7 – A (s) contratada (s) deverá (ão) indicar, por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, um representante perante à Divisão de Material da EMERJ (DIMAT), para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que por ventura surgirem durante o prazo de validade dos materiais objeto do contrato. **Este documento deverá ser apresentado junto com a nota fiscal, no momento da entrega do material.**

## **12 - DAS SANÇÕES**

12.1 - A adjudicatária que, convocada dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste Edital e no Termo de contrato, bem como às demais cominações legais.

12.2 - À contratada total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226);

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.3 - A penalidade estabelecida na letra “b” do subitem 12.2 poderá ser cumulada com qualquer das demais.



12.4 - O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha a contratada em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

### **13 - DO PAGAMENTO**

13.1 – O(s) pagamentos devidos à (s) contratada (s) será(ão) efetuado(s) no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, conforme Atestado de Recebimento de Material (ARM), emitida pela Divisão de Material da EMERJ (DIMAT), através de crédito em conta no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A, conforme o disposto no subitem 6.2, "e", à vista de fatura que deverá ser apresentada pela contratada, a qual deverá ser a mesma indicada nos documentos de habilitação e na proposta, atestada e visada pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

13.2 – Caso se faça necessária a retificação da nota fiscal / fatura por culpa da contratada, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da mesma no órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

13.3 – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não ocorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA *pro rata diem*, a título de compensação financeira, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

13.4 - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1.

13.5 - Ocorrendo antecipação do pagamento, sempre em correspondência à antecipação da execução, o respectivo desconto, seja a requerimento da contratada ou no interesse da Administração, será calculado aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

13.6 – Ocorrendo atraso na execução, por culpa da contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente da notificação ou interpelação.

13.7 - Por eventuais atrasos injustificados, no pagamento devido à contratada, esta fará juros moratórios de 1% ao mês, alcançando 12% ao ano (art. 406 do Código Civil).

13.8 – Como condição para que o pagamento seja efetuado, a contratada deverá apresentar, junto com a nota fiscal / fatura, os comprovantes de recolhimentos ao INSS e ao FGTS, relativos à atividade objeto do contrato.

### **14 - DAS INFORMAÇÕES**

14.1 – O Serviço de Licitações da EMERJ prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a

sexta-feira, das 11h às 17h30 min, na Av. Erasmo Braga nº 115, 4º andar – Bloco J - Centro – Rio de Janeiro – RJ., pelo telefax (21) 3133-3381.

14.2 - Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos por escrito ao Pregoeiro da EMERJ, sendo entregues no Serviço de Licitações da EMERJ, na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Bloco J - Centro, nesta cidade, e assim serão respondidos, com cópia para todos os interessados, até 02 (dois) dias úteis da data indicada no subitem 1.1 deste edital.

## **15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 – A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei federal nº 8666/93.

15.2 - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; (b) as declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade federal, estadual ou municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação judicial (art. 52, II da Lei nº 11.101/05).

15.3 - As impugnações a este Edital deverão ser dirigidas ao **pregoeiro** e entregues no Serviço de Licitações da EMERJ, na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Bloco J - Centro, nesta cidade.

15.4 - Aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93.

15.5 - Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte III, Seção I, Poder Judiciário.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

---

Maria de Fátima Pinto Santos  
Diretora do Departamento de Administração - EMERJ

Aprovo o ato convocatório.

---

Paulo César da Fonseca  
Pregoeiro - EMERJ